

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ACRE: RACIONALIDADES E MOTIVAÇÕES INSTITUCIONAIS NA UFAC E NO IFAC

INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION IN ACRE: INSTITUTIONAL RATIONALITIES AND MOTIVATIONS AT UFAC AND IFAC

Gabriel Lopes Dias - Universidade Federal do Acre – UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil
Graduado em Letras-Inglês, pela Universidade Federal do Acre - UFAC.
E-mail: gabac.cel@gmail.com

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba, Paraná, Brasil
Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.
E-mail: malumeza2@gmail.com

Resumo

A internacionalização do ensino superior tem adquirido crescente relevância no Brasil, impulsionada pela intensificação da cooperação acadêmica e pela busca por qualificação científica e projeção internacional das universidades. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar as motivações que levam as instituições públicas de ensino superior do Acre — Universidade Federal do Acre (UFAC) e Instituto Federal do Acre (IFAC) — a desenvolver ações de internacionalização. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada em análise bibliográfica e documental de instrumentos institucionais e acordos de cooperação firmados na última década. Os resultados indicam a predominância das racionalidades acadêmica e sociocultural, associadas ao fortalecimento da pesquisa, à formação de estudantes e docentes e à ampliação das experiências interculturais. Observa-se também a presença de racionalidades políticas vinculadas à cooperação regional na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. Por outro lado, a racionalidade econômica apresenta caráter residual, indicando limitada mobilização da internacionalização como estratégia de sustentabilidade financeira. Os achados contribuem para a compreensão de como instituições públicas situadas em contextos periféricos e de fronteira estruturam suas estratégias de engajamento internacional.

Palavras-chave: Internacionalização do Ensino Superior; Racionalidades; Justificativas Institucionais.

Abstract

The internationalization of higher education has gained increasing relevance in Brazil, driven by the intensification of academic cooperation and the pursuit of scientific development and global visibility among universities. In this context, this study aims to analyze the motivations that lead public higher education institutions in Acre — the

Federal University of Acre (UFAC) and the Federal Institute of Acre (IFAC) — to engage in internationalization initiatives. This qualitative, exploratory study is based on bibliographic and documentary analysis of institutional policies and cooperation agreements established over the past decade. The findings indicate a predominance of academic and sociocultural rationales, associated with strengthening research capacity, enhancing the education of students and faculty, and expanding intercultural experiences. Political rationales linked to regional cooperation in the tri-border area between Brazil, Peru, and Bolivia were also identified. In contrast, economic rationales appear only marginally, suggesting a limited use of internationalization as a strategy for financial sustainability. These findings contribute to a better understanding of how public institutions located in peripheral and border regions shape their strategies for international engagement.

Keywords: Internationalization of Higher Education; Rationales; Institutional Justifications.

1 INTRODUÇÃO

A internacionalização do ensino superior consolidou-se, nas últimas décadas, como um processo estratégico de inserção das universidades em redes globais de produção de conhecimento, cooperação científica e mobilidade acadêmica. Mais do que iniciativas pontuais, como convênios isolados ou programas de intercâmbio, trata-se de um processo contínuo e intencional de integração de dimensões internacionais, interculturais e globais às funções de ensino, pesquisa e extensão das instituições de educação superior (De Wit, 2001; Knight, 2005). Nessa perspectiva, a internacionalização passa a compor a própria estratégia institucional de desenvolvimento acadêmico e de formação de recursos humanos.

Entretanto, esse processo não ocorre de maneira homogênea entre países e regiões. Enquanto contextos centrais dispõem de políticas consolidadas e maior inserção em redes acadêmicas internacionais, na América Latina e, particularmente, no Brasil a internacionalização ainda se desenvolve de forma desigual, frequentemente condicionada por limitações estruturais e pela ausência de diretrizes nacionais sistemáticas (Gacel-Ávila; Villalón-De-La-Isla; Vázquez-Niño, 2024). Esse cenário torna-se ainda mais evidente em regiões periféricas, onde os desafios geográficos, econômicos e institucionais impactam diretamente a capacidade das instituições de ensino superior de se posicionarem no cenário global.

É nesse contexto que se insere o presente estudo. A Universidade Federal do Acre (UFAC) e o Instituto Federal do Acre (IFAC), únicas instituições públicas de ensino superior do estado, estão localizados na Amazônia Ocidental, em uma região de tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. Essa condição geopolítica singular não

apenas impõe desafios, mas também cria oportunidades para o desenvolvimento de estratégias de cooperação acadêmica transnacional. Apesar dessa especificidade, os processos de internacionalização dessas instituições permanecem pouco explorados na literatura, evidenciando uma lacuna relevante no campo de estudos sobre internacionalização em contextos periféricos e de fronteira.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar as motivações que levam as instituições públicas de ensino superior do Acre a se internacionalizar. Para tanto, busca responder à seguinte questão: quais são as racionalidades e justificativas institucionais que orientam os processos de internacionalização da UFAC e do IFAC?

Para responder a essa questão, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, baseada em análise bibliográfica e documental de instrumentos institucionais e acordos de cooperação firmados pela UFAC e pelo IFAC na última década. A análise é orientada pelas abordagens teóricas à luz das racionalidades e justificativas da internacionalização propostas por Knight (1997; 2004; 2005), De Wit (2001; 2010; 2019) e De Wit e Hunter (2015). O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução: a segunda apresenta o referencial teórico sobre internacionalização do ensino superior; a terceira discute as racionalidades e justificativas institucionais; a quarta descreve os procedimentos metodológicos; a quinta apresenta e analisa os dados empíricos; e, por fim, a última seção reúne as considerações finais.

2 A INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: CONCEITO, ABORDAGENS E MOTIVAÇÕES INSTITUCIONAIS

A internacionalização do ensino superior constitui um conceito polissêmico e em disputa no campo acadêmico. Para Santos, Zanardini e Hotz (2022), de modo geral, é possível identificar na literatura ao menos duas grandes vertentes interpretativas. A primeira adota uma perspectiva crítica, segundo a qual a internacionalização deve ser compreendida como expressão das transformações do capitalismo global, inserindo as universidades em dinâmicas de competitividade, mercantilização do conhecimento e subordinação a padrões hegemônicos de excelência e produtividade. A segunda enfatiza a internacionalização como um processo potencialmente positivo, capaz de ampliar a cooperação acadêmica, fortalecer redes institucionais, promover intercâmbios e qualificar a atuação das universidades em escala internacional. Assim, a internacionalização pode ser

analisada tanto como mecanismo de reprodução de desigualdades e dependências quanto como estratégia de fortalecimento institucional, integração regional e produção compartilhada de conhecimento.

Para Knight (2005), a internacionalização constitui um processo contínuo de integração de dimensões internacionais, interculturais e globais às funções de ensino, pesquisa e extensão das instituições de educação superior. Mais do que iniciativas isoladas, esse processo pressupõe a incorporação estruturante da dimensão internacional às políticas, aos programas e às práticas institucionais. A autora propõe uma definição deliberadamente neutra e abrangente com o objetivo de construir uma base conceitual aplicável a diferentes países, culturas e sistemas educacionais (Knight, 2004). O uso do termo “processo” é intencional: indica que a internacionalização é uma ação contínua e evolutiva, e não um evento pontual, devendo ser compreendida de forma ampla e adaptável às diferentes realidades institucionais.

De Wit e Hunter (2015) revisaram e ampliaram, incorporando explicitamente o objetivo de aprimorar a qualidade da educação e a contribuição social das instituições. Para os autores a internacionalização é:

um processo intencional de integração de dimensões internacionais, interculturais ou globais aos propósitos, funções e oferta da educação superior, com o propósito de elevar a qualidade do ensino e da pesquisa para todos os estudantes e docentes, além de gerar uma contribuição significativa para a sociedade (De Wit; Hunter, 2015, p. 3).

Nessa perspectiva, a dimensão da contribuição social assume especial relevância no contexto amazônico, uma vez que, ao incorporar a tríplice fronteira como eixo estratégico de cooperação, UFAC e IFAC mobilizam a internacionalização não apenas como instrumento de qualificação acadêmica, mas também como vetor de desenvolvimento regional.

Em uma perspectiva voltada à integração acadêmica e ao desenvolvimento regional, a internacionalização da educação superior pode ser compreendida como um processo que ultrapassa a simples inserção das instituições em circuitos internacionais. Conforme Morosini (2019), trata-se de um processo de integrar uma dimensão internacional e intercultural na Educação Superior, advindo de interações, sustentadas por redes colaborativas, com blocos socioeconômicos desenvolvidos e com outros que valorem múltiplas culturas, diferenças, locais e tempos, fortalecendo

a capacidade científica nacional, com o fito de ser irradiador do desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, a internacionalização adquire sentido estratégico, uma vez que se articula não apenas à cooperação entre instituições e países, mas também ao reconhecimento da diversidade cultural, ao fortalecimento da capacidade científico-tecnológica nacional e à promoção do desenvolvimento sustentável em diálogo com os contextos locais

Gacel-Ávila e Rodríguez-Rodríguez (2018) que defendem a ideia de uma internacionalização das universidades que não sirva aos interesses dominantes da globalização, especialmente quando esses interesses são hegemônicos, econômicos ou “desnacionalizadores”. Ou seja, a universidade não deve internacionalizar apenas para copiar modelos externos, atender *rankings* internacionais, submeter-se aos padrões do Norte Global de modo a perder sua identidade nacional, regional e cultural. Na verdade, ela deve cumprir sua missão de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento social sem se deixar capturar por uma lógica externa que imponha padrões alheios à sua realidade, ou seja, a internacionalização deve ser construída por meio do diálogo, da reflexão crítica e de vínculos institucionais baseados na igualdade, na solidariedade e no respeito mútuo

Indo nessa mesma direção, a Conferência Regional de Educação Superior (CRES), realizada em Córdoba, Argentina, em 2018, também apresentou a internacionalização da educação superior como um vetor relevante para o desenvolvimento regional. Contudo, diferentemente de perspectivas centradas em uma inserção subordinada aos padrões hegemônicos do Norte Global, a CRES 2018 enfatizou a necessidade de uma cooperação solidária, horizontal e regionalmente articulada, com especial destaque para as relações Sul-Sul. A proposta não é romper completamente com instituições do Norte global, mas estabelecer uma relação mais equilibrada, baseada no diálogo intercultural e no respeito às identidades e realidades regionais (Mazzetti; Rubin-Oliveira; Pezarico, 2025).

Essa perspectiva é particularmente relevante para o caso do Acre, na medida em que as parcerias internacionais desenvolvidas pela UFAC e IFAC se concentram, em grande parte, em instituições situadas em países vizinhos, especialmente Peru e Bolívia, no âmbito da tríplice fronteira amazônica. Tal configuração sugere uma dinâmica de internacionalização mais próxima de uma cooperação Sul-Sul, horizontal e solidária, em que as relações interinstitucionais não se estruturam a partir de uma lógica hierárquica e ou mercadológica, mas do reconhecimento de que problemas

sociais, ambientais, sanitários e de segurança pública possuem natureza transfronteiriça e, por isso, demandam respostas igualmente articuladas em escala regional. Nessa chave, a internacionalização deixa de ser compreendida apenas como inserção externa e passa a assumir a forma de um mecanismo de cooperação territorialmente situado, orientado à construção conjunta de soluções para desafios compartilhados.

2.1 RACIONALIDADES E MOTIVAÇÕES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Os motivos para a internacionalização de uma Instituição de Ensino Superior (IES) são diversos e variam em função do país, da instituição e das prioridades específicas. Conforme Santos Filho (2020), ao tratar dos diferentes motivos para a internacionalização da educação superior, o autor recorre à classificação de Knight (1997; 2004) e De Wit (2001; 2010), que organiza o fenômeno em quatro categorias: racionalidade política, racionalidade econômica, racionalidade sociocultural e racionalidade acadêmica. Essa tipologia, consolidada ao longo de décadas, foi reafirmada e atualizada por Knight (2020) em trabalho mais recente, no qual mantém a estrutura analítica nas quatro racionalidades, reconhecendo, contudo, a crescente complexidade de motivos que orientam os processos de internacionalização nas diferentes realidades.

As racionalidades políticas associam a internacionalização às relações internacionais, à política externa e ao desenvolvimento nacional, compreendendo a cooperação educacional como instrumento diplomático e de projeção de poder. As racionalidades socioculturais destacam o papel da universidade como agente de formação humana, mediação cultural e promoção do entendimento entre os povos, valorizando o potencial da internacionalização para ampliar horizontes e superar o provincialismo cultural. As racionalidades acadêmicas, por sua vez, relacionam-se diretamente às funções centrais das instituições, ensino, pesquisa e extensão, compreendendo a internacionalização como instrumento de melhoria da qualidade acadêmica, ampliação dos horizontes científicos e fortalecimento institucional por meio da inserção em redes globais de conhecimento.

As racionalidades econômicas compreendem a internacionalização como instrumento de fortalecimento da competitividade e de geração de recursos para as instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, a educação passa a ser tratada

também como setor econômico, por meio da atração de estudantes estrangeiros, da oferta de programas internacionais e da captação de financiamento externo. No caso das instituições analisadas neste estudo, essa racionalidade aparece de forma bastante limitada nos documentos examinados, o que será discutido em detalhe na seção de análises.

Essas quatro racionalidades não são mutuamente exclusivas e podem coexistir nos processos de internacionalização de uma mesma instituição.

2.1.1 Os diferentes níveis de justificativas

Knight (2004) identificou justificativas para a internacionalização do ensino superior operando em dois grandes níveis distintos: o nível nacional e o nível institucional. Contudo, a autora ampliou essa estrutura analítica, passando a organizar as razões que movem a internacionalização em quatro níveis de atores e partes interessadas, sendo eles o nível individual, nível institucional, nível nacional e nível regional (Knight, 2020).

Entretanto, este trabalho delimita sua análise ao nível institucional, examinando as justificativas que orientam os processos de internacionalização da UFAC e do IFAC. De Wit (2019) observa que, embora a internacionalização da educação superior possa ser influenciada por políticas nacionais, suas estratégias e planos ainda se concentram, em grande medida, no nível institucional. Essa centralidade torna-se ainda mais evidente em países como o Brasil, onde a internacionalização não ocupa lugar prioritário nas políticas nacionais, fazendo com que as próprias instituições assumam o protagonismo na condução, formulação e implementação desse processo.

2.1.2 As Justificativas a Nível Institucional

As justificativas institucionais para a internacionalização do ensino superior têm sido objeto de sistematização por diferentes autores ao longo das últimas décadas, revelando uma linha de continuidade e aprofundamento conceitual. Knight (2004) identificou cinco justificativas centrais nesse nível: perfil e reputação internacional, desenvolvimento de estudantes e docentes, geração de receita, alianças estratégicas e produção do conhecimento. Essa tipologia foi posteriormente revisada pela própria autora, que ampliou as categorias institucionais para incluir, entre outras, melhoria da qualidade, incremento de pesquisa e inovação, capacitação e branding e perfil

internacional (Knight, 2020). Em perspectiva convergente, De Wit (2019) aponta como principais motivações institucionais para a internacionalização a melhoria da qualidade acadêmica, a busca por reputação e rankings, a geração de receita, a competição por talentos, a preparação de cidadãos globais e a resposta à economia do conhecimento globalizada.

A análise comparativa entre os três modelos evidencia que, embora haja atualizações de nomenclatura e incorporação de novas dimensões ao longo do tempo, o núcleo analítico permanece essencialmente o mesmo: as instituições se internacionalizam para melhorar sua qualidade, ampliar sua reputação, desenvolver seu corpo acadêmico, produzir conhecimento e, em alguns contextos, gerar receita.

O perfil e a reputação internacional referem-se à busca das universidades por reconhecimento e prestígio global, hoje fortemente associados à competição por rankings e à captação de estudantes e pesquisadores estrangeiros. O desenvolvimento de estudantes e docentes diz respeito ao fortalecimento de competências interculturais e internacionais, impulsionado pela diversidade cultural crescente e pela mobilidade profissional global. A geração de receita reflete a busca por fontes alternativas de financiamento por meio de programas conjuntos, cursos pagos e ensino a distância, especialmente em contextos de redução de recursos públicos. As alianças estratégicas distinguem-se das parcerias oportunistas dos estágios iniciais da internacionalização: com o amadurecimento institucional, as universidades passam a priorizar acordos com propósitos claros e resultados mensuráveis. Por fim, a produção do conhecimento reconhece que problemas globais, ambientais, de saúde pública, de segurança, exigem colaboração internacional e interdisciplinar, tornando a pesquisa conjunta uma das principais motivações para a internacionalização.

Das cinco justificativas institucionais propostas, o desenvolvimento de estudantes e docentes e a produção do conhecimento mostram-se predominantes nos acordos de cooperação firmados por UFAC e IFAC, enquanto a geração de receita aparece de forma residual ou ausente. Esse padrão, como será detalhado na seção de análises, sugere que a internacionalização nessas instituições é mobilizada prioritariamente como estratégia formativa e científica, e não como instrumento de sustentabilidade financeira, o que representa, ao mesmo tempo, uma coerência com seu perfil institucional público e uma vulnerabilidade diante de cenários de restrição orçamentária.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como qualitativo e exploratório, com abordagem bibliográfica e documental, que permitiu reunir, analisar e interpretar contribuições de diferentes autores e fontes institucionais sobre o tema da internacionalização do ensino superior.

As Unidades de análise para o estudo são as duas únicas instituições de Ensino Superior Públicas no Estado do Acre: A Universidade Federal do Acre (UFAC) e o Instituto Federal do Acre (IFAC). Este estudo analisa o processo de internacionalização no nível institucional, à luz das racionalidades e justificativas propostas por Knight (1997; 2004; 2005) e De Wit (2001; 2010), conforme discutido no referencial teórico.

O levantamento bibliográfico abrangeu publicações nacionais e internacionais que discutem a internacionalização das instituições de ensino superior, com ênfase nas contribuições de Knight (1997; 2004; 2005), De Wit (2001; 2010), De Wit e Hunter (2015), Santos Filho (2020) e Gacel-Ávila, Villalón de la Isla e Vázquez-Niño (2024). Além da literatura especializada, foram analisados documentos institucionais de natureza primária, tais como acordos de cooperação, relatórios de gestão, planos de desenvolvimento institucional e resoluções normativas, a fim de contextualizar o debate teórico à realidade regional.

A Tabela 1 sintetiza o conjunto de documentos institucionais analisados, organizados por tipo e por instituição.

Tabela 1 – Corpus documental utilizado na pesquisa

Instituição	Planejamento Estratégico	Relatório de Gestão	Termos de Cooperação	Convênios	Protocolos de Intenção/Memorandos de Entendimento
UFAC	2 (2014–2023; 2024–2033)	1 (2024)	06	1	27
IFAC	1 (2017-2036)	1 (2024)	05	–	13

Fonte: elaboração do autor (2026).

A análise documental foi conduzida em três etapas. Inicialmente, realizou-se a leitura integral dos documentos, com foco nos instrumentos de cooperação internacional firmados pelas instituições na última década. Em seguida, procedeu-se à identificação dos elementos centrais de cada documento, especialmente: (i) o objeto

da cooperação, (ii) as contrapartidas institucionais, (iii) os objetivos declarados e (iv) as áreas de atuação previstas. Esses elementos foram selecionados por concentrarem, do ponto de vista jurídico e institucional, a expressão mais direta das finalidades das parcerias.

Na terceira etapa, esses elementos foram codificados e classificados conforme as categorias analíticas definidas no referencial teórico. As racionalidades (acadêmica, econômica, sociocultural e política) foram identificadas a partir de critérios operacionais. Acadêmica: menção à pesquisa, ensino, formação ou produção científica; Sociocultural: promoção de intercâmbio cultural, mobilidade e integração entre povos; Política: referência à cooperação internacional, integração regional ou relações institucionais estratégicas; Econômica: presença de geração de receitas, financiamento externo ou sustentabilidade financeira.

As justificativas institucionais propostas por Knight (2004) foram identificadas com base nos seguintes critérios: desenvolvimento de estudantes e docentes, produção do conhecimento, alianças estratégicas, perfil e reputação institucional e geração de receita.

Considerou-se que um mesmo documento poderia apresentar múltiplas racionalidades e justificativas simultaneamente, em razão da natureza multidimensional da internacionalização. Nesses casos, todas as categorias identificadas foram registradas de forma independente, sendo cada ocorrência contabilizada separadamente. Esse procedimento explica a eventual superposição entre categorias e o fato de o número total de ocorrências exceder o número de documentos analisados.

Além dos instrumentos de cooperação, os documentos institucionais de natureza estratégica e normativa foram analisados com o objetivo de identificar como as racionalidades da internacionalização são expressas no planejamento institucional. Nesses documentos a análise concentrou-se nos objetivos estratégicos, diretrizes institucionais e metas relacionadas à internacionalização, permitindo compreender o alinhamento entre discurso institucional e práticas efetivamente desenvolvidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE — UFAC

A Universidade Federal do Acre (UFAC) foi fundada em 1964 com a criação da Faculdade de Direito, por meio do Decreto Estadual nº 187, e federalizada em 1974

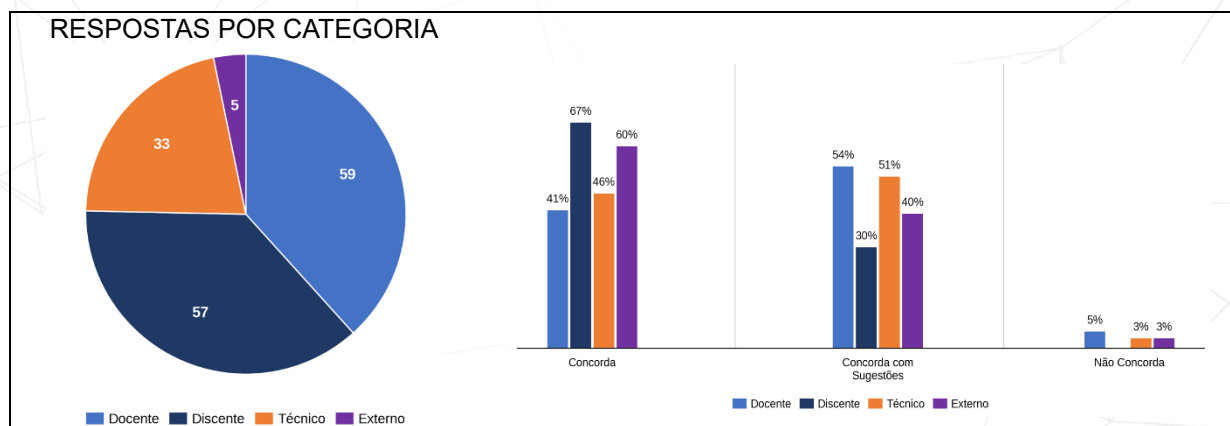
pela Lei nº 6.025. Em 2024, a instituição completou 60 anos de fundação e 50 anos de federalização, consolidando-se como a principal instituição pública de ensino superior do estado. De acordo com o Relatório de Gestão de 2024, a UFAC possui mais de 10 mil estudantes matriculados e oferta 53 cursos de graduação e 53 programas e cursos de pós-graduação. A universidade mantém presença em 13 dos 22 municípios acreanos, além da capital Rio Branco, por meio de campi, unidades e polos acadêmicos.

Localizada na Amazônia Ocidental, em região marcada pela tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, a UFAC ocupa posição estratégica para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação acadêmica e científica internacional. Essa condição de fronteira não é apenas geográfica: ela configura um ambiente de cooperação transnacional que confere à internacionalização da UFAC contornos próprios, distintos dos padrões observados em universidades de regiões centrais do país. Nesse contexto, a Assessoria de Cooperação Interinstitucional (ACI) é responsável por articular parcerias nacionais e internacionais, promovendo ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão e apoiando a formalização de instrumentos de cooperação alinhados à missão institucional da universidade.

Em seu Planejamento Estratégico 2014–2023, a UFAC incorpora explicitamente a internacionalização como parte de sua visão institucional, definindo-se como “uma futura referência internacional na produção, articulação e socialização dos saberes amazônicos”. Essa formulação revela uma racionalidade de caráter predominantemente acadêmico, mas vai além de demonstrar elementos de racionalidade sociocultural na medida em que enfatiza a projeção dos saberes amazônicos no cenário global, uma perspectiva alinhada à de cooperação Sul-Sul defendida pela CRES (2018) e à noção de internacionalização articulada ao contexto local proposta por Morosini (2017). Essa visão permanece inalterada no Planejamento Estratégico 2024-2033, reafirmando o propósito institucional de “ser referência internacional na produção, articulação e socialização dos saberes amazônicos”, e encontra respaldo na percepção da comunidade universitária: segundo dados do próprio documento, obtidos a partir de um questionário aplicado pela Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) a uma amostra de 154 participantes, incluindo docentes, discentes, técnicos e membros externos, a grande maioria declarou concordar total ou parcialmente com essa visão institucional. Esses dados estão ilustrados no Gráfico 1, que sintetiza as respostas obtidas por categoria de participante.

Gráfico 1 – Quando se projeta no futuro, a UFAC se propõe a “Ser referência internacional na produção, articulação e socialização dos saberes amazônicos”.

Você compartilha essa mesma Visão?



Fonte: PROPLAN/UFAC.
Planejamento Estratégico 2024–2033

A análise dos objetos e contrapartidas presentes em 34 documentos de cooperação internacional firmados pela UFAC na última década, incluindo termos de cooperação, convênios, protocolos de intenções e memorandos de entendimento, permitiu identificar o padrão estratégico que orienta o processo de internacionalização da instituição. Esses instrumentos foram examinados à luz das quatro racionalidades propostas por Knight (1997) e De Wit (2001; 2010): acadêmica, econômica, sociocultural e política. Os resultados indicam a presença de todas as racionalidades, embora com intensidades distintas, destacando-se a predominância das dimensões acadêmica e sociocultural, 34 e 31 ocorrências respectivamente.

Esse padrão sugere que a internacionalização na UFAC tem sido mobilizada principalmente como estratégia de qualificação formativa, cooperação científica e circulação de saberes amazônicos, mais do que como instrumento de competição no mercado global de ensino superior. Tal orientação é coerente com o papel da universidade como principal instituição pública de ensino superior em um estado periférico e fronteiriço, no qual a prioridade institucional recai sobre a formação de recursos humanos e o fortalecimento de redes de pesquisa voltadas às especificidades regionais. Essa configuração aproxima-se da perspectiva de internacionalização solidária e horizontalmente articulada defendida pela CRES (2018), na medida em que as parcerias estabelecidas privilegiam a cooperação

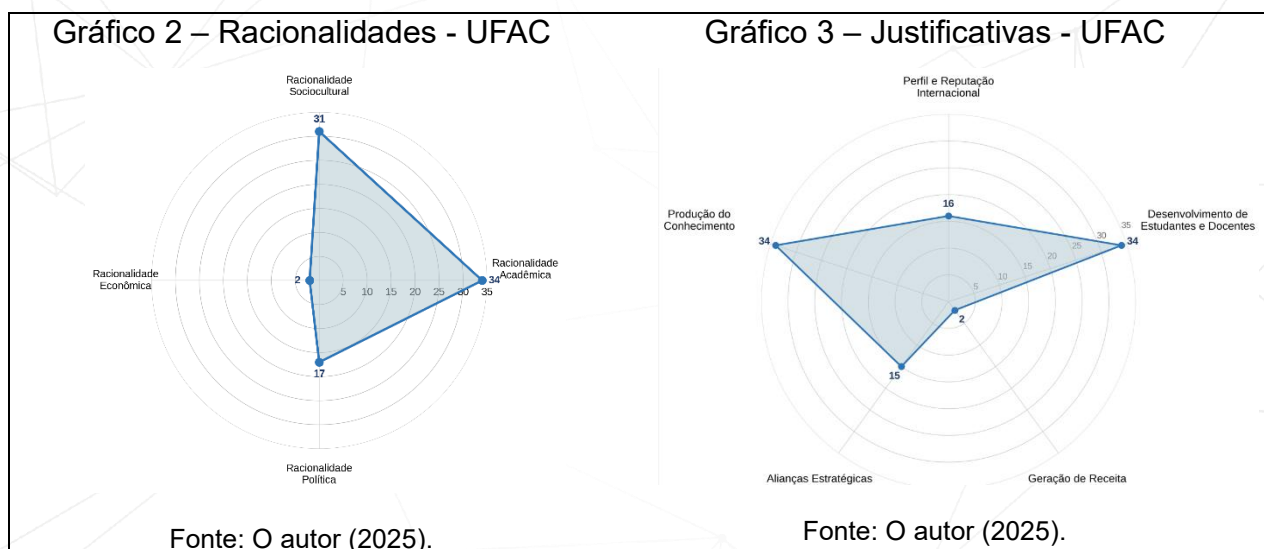
regional, especialmente com Peru e Bolívia, em detrimento de uma inserção competitiva nos circuitos acadêmicos do Norte Global.

A racionalidade política, embora menos frequente que as duas anteriores, com 17 ocorrências, revela-se especialmente relevante no contexto regional amazônico, sobretudo nas cooperações estabelecidas na tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru, onde as articulações institucionais extrapolam o campo acadêmico e passam a integrar dinâmicas geopolíticas e de integração regional. Esse dado é particularmente significativo do ponto de vista do planejamento e da governança pública: ele indica que a UFAC, ao firmar parcerias transfronteiriças, opera não apenas como instituição de ensino, mas como agente de integração territorial e de cooperação interfederativa, cumprindo um papel que transcende sua missão estritamente acadêmica e dialoga com as agendas de desenvolvimento regional da Amazônia Ocidental.

Ao mesmo tempo, a baixa incidência da racionalidade econômica, com apenas duas ocorrências, revela uma fragilidade estratégica diante de contextos recorrentes de restrição orçamentária. A limitada utilização da internacionalização como instrumento de captação de recursos ou financiamento pode restringir a expansão e continuidade de programas de mobilidade acadêmica e cooperação científica internacional, justamente em áreas relevantes para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Do ponto de vista da governança institucional, essa ausência não é neutra: em um cenário de redução sistemática de recursos federais para as universidades públicas, a inexistência de mecanismos de sustentabilidade financeira vinculados à internacionalização representa um risco real para a continuidade das iniciativas já estabelecidas e para a capacidade da UFAC de ampliar sua inserção internacional de forma autônoma.

No que se refere às justificativas institucionais, os resultados indicam forte ênfase no desenvolvimento de estudantes e docentes e na produção do conhecimento, ambos presentes em todos os acordos examinados, o que revela que a internacionalização na UFAC está fortemente direcionada para fins formativos e acadêmico-científicos. Em seguida, observa-se a presença significativa da justificativa de perfil e reputação internacional, com 16 ocorrências, e das alianças estratégicas, com 15 ocorrências, demonstrando o interesse institucional em ampliar sua visibilidade global e fortalecer redes de cooperação, especialmente no contexto amazônico e fronteiriço. Por outro lado, a justificativa de geração de receita aparece de forma bastante reduzida, com apenas duas ocorrências, reforçando o padrão já

identificado na análise das racionalidades. A distribuição das racionalidades e justificativas institucionais identificadas nos documentos da UFAC estão sintetizadas nos Gráficos 2 e 3, que permitem visualizar a intensidade relativa de cada dimensão no conjunto dos acordos analisados.



4.2 Instituto Federal do Acre — IFAC

Criado a partir da Lei nº 11.892/2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) teve origem na antiga Escola Técnica Federal do Acre e iniciou suas atividades em 2010, ofertando cursos de Formação Inicial e Continuada e cursos técnicos em áreas como meio ambiente, agropecuária, informática e cooperativismo. No primeiro ano, foram disponibilizadas 400 vagas, que receberam cerca de 17 mil candidatos, evidenciando a forte demanda por educação profissional no estado (Ifac, 2018). Segundo o Relatório de Gestão de 2024, o IFAC conta com mais de sete mil estudantes matriculados em cursos de educação profissional, graduação, especialização e em dois programas de pós-graduação stricto sensu ofertados em rede, com campi em Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri, consolidando-se como importante agente de formação e desenvolvimento regional.

Inserido na Amazônia Ocidental e em região próxima às fronteiras com Peru e Bolívia, o IFAC encontra-se em posição estratégica para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação internacional. Assim como a UFAC, sua condição fronteiriça não é apenas um dado geográfico, mas uma variável estratégica que orienta a natureza e a direção das parcerias internacionais estabelecidas, conferindo à

internacionalização do IFAC um perfil de cooperação regional que merece ser analisado à luz das racionalidades identificadas. Essas ações são coordenadas pela Diretoria Sistêmica de Relações Internacionais (DSRI), responsável por formular e implementar políticas institucionais de internacionalização, por meio da Coordenação de Internacionalização (Cointer) e da Coordenação de Estudos Linguísticos (Coeli).

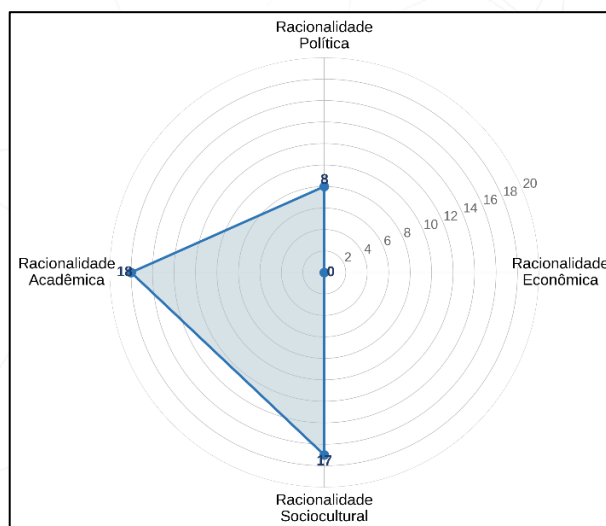
A condução das políticas de internacionalização do IFAC é fortalecida pela atuação do Fórum dos Assessores de Relações Internacionais (FORINTER), instância vinculada ao CONIF responsável por orientar as iniciativas internacionais da Rede Federal. Embora reconheça a importância da racionalidade acadêmica, o fórum atribui maior ênfase à racionalidade sociocultural, ao valorizar experiências interculturais, o diálogo entre diferentes realidades e a promoção de valores como solidariedade, compreensão mútua e cultura de paz (Conif, 2021). A internacionalização do IFAC é regulamentada pela Resolução CONSU/IFAC nº 50/2021, que institui sua Política de Internacionalização e Política Linguística, estabelecendo princípios e diretrizes alinhados às racionalidades propostas por Knight (1997) e De Wit (2001; 2010). De modo geral, esses princípios indicam que o processo de internacionalização da instituição mobiliza múltiplas racionalidades, com predominância das dimensões acadêmica e sociocultural. Nesse contexto, o Art. 4º enfatiza valores como diversidade, ética, inclusão social e relações transculturais, evidenciando forte aderência à racionalidade sociocultural. O Art. 5º revela a presença simultânea das racionalidades política e acadêmica ao destacar metas relacionadas à inovação, cooperação internacional e desenvolvimento institucional. Já o Art. 6º reforça a racionalidade acadêmica ao priorizar a internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão, incorporando também elementos da racionalidade econômica, especialmente na busca por oportunidades externas de cooperação.

A análise dos objetos e contrapartidas presentes nos 18 documentos de cooperação internacional firmados pelo IFAC na última década, incluindo termos de cooperação, convênios, protocolos de intenções e memorandos de entendimento, evidenciou a presença das quatro racionalidades propostas por Knight e De Wit, com predominância das dimensões acadêmica e sociocultural, com 18 e 17 ocorrências, respectivamente. A racionalidade política também se mostra relevante, com 8 ocorrências, sobretudo em iniciativas de cooperação transfronteiriça com instituições da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, reforçando o papel do IFAC na integração regional amazônica e no desenvolvimento educacional e territorial. Esse

perfil é coerente com a orientação do FORINTER, que privilegia a racionalidade sociocultural e a cooperação solidária, e com os princípios da Resolução CONSU/IFAC nº 50/2021, sugerindo que, no caso do IFAC, há maior alinhamento entre as orientações normativas da Rede Federal e as parcerias efetivamente formalizadas pela instituição, o que representa um indicador de coerência entre política institucional declarada e prática internacional concreta.

Por fim, a racionalidade econômica não foi identificada em nenhum dos documentos analisados, evidenciando que, no caso do IFAC, a internacionalização não se orienta por lógicas de mercado, captação de recursos, atração de estudantes estrangeiros ou estratégias competitivas. A ausência dessa racionalidade reforça o caráter formativo, social e institucional das parcerias desenvolvidas, mostrando que o Instituto prioriza iniciativas voltadas ao fortalecimento de capacidades acadêmicas, ao intercâmbio cultural e ao desenvolvimento regional, em detrimento de abordagens economicistas frequentemente observadas em universidades de países centrais ou em contextos de forte mercantilização do ensino superior (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Racionalidades - IFAC

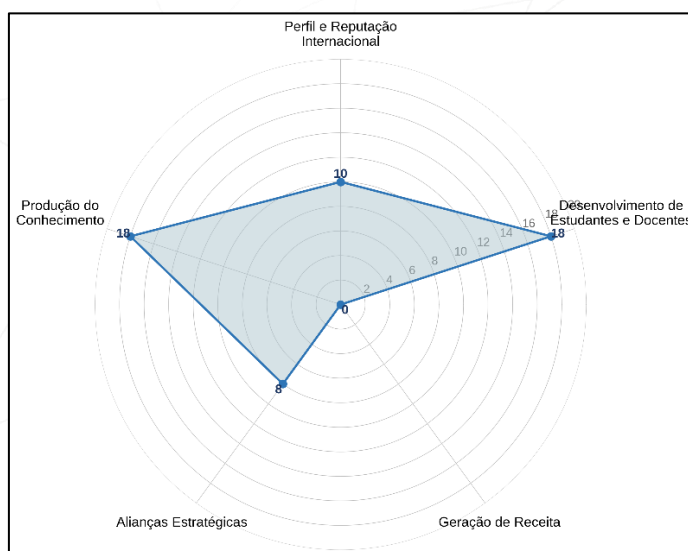


Fonte: O autor (2025).

Assim como na UFAC, essa ausência representa não apenas uma escolha institucional, mas uma fragilidade estrutural: em um contexto de crescente pressão orçamentária sobre as instituições federais de ensino, a inexistência de mecanismos de geração de receita vinculados à internacionalização limita a autonomia financeira do IFAC para sustentar e ampliar suas iniciativas internacionais no longo prazo.

No que se refere às Justificativas Institucionais, a análise evidenciou predomínio claro das motivações voltadas ao desenvolvimento de estudantes e docentes e à produção do conhecimento, ambas com 18 ocorrências, indicando que as parcerias internacionais estabelecidas pelo Instituto têm como eixo estruturante o fortalecimento das capacidades formativas e científicas. A justificativa relativa ao perfil e reputação internacional também aparece de modo expressivo, com 10 ocorrências, refletindo o interesse do IFAC em ampliar sua projeção institucional e consolidar sua presença no cenário internacional, ainda que em escala compatível com sua estrutura e missão como Instituto Federal. As alianças estratégicas, registradas em 8 ocorrências, revelam o esforço da instituição em fortalecer articulações, especialmente em contextos transfronteiriços, de modo a potencializar ações de cooperação voltadas ao desenvolvimento regional da Amazônia Ocidental. A justificativa de geração de receita não foi identificada em nenhum dos documentos analisados, reforçando o padrão já observado na análise das racionalidades. O Gráfico 5 sintetiza os resultados das justificativas que orientam a celebração das parcerias internacionais do IFAC.

GRÁFICO 5 – Justificativas - IFAC



Fonte: O autor (2025).

4.3 Análise comparativa: convergências, diferenças e implicações institucionais

Os resultados da análise documental da UFAC e do IFAC evidenciam um padrão convergente de internacionalização, caracterizado pela predominância das racionalidades acadêmica e sociocultural e pela presença complementar da

racionalidade política, especialmente nas iniciativas de cooperação transfronteiriça na Amazônia Ocidental. Em ambas as instituições, a internacionalização é mobilizada prioritariamente como estratégia de qualificação acadêmica, fortalecimento da pesquisa e formação de estudantes e docentes, e não como instrumento de inserção competitiva no mercado global de educação superior. Esse padrão é consistente com o perfil de instituições públicas situadas em contextos periféricos, nas quais a cooperação científica e o desenvolvimento regional tendem a prevalecer sobre lógicas de mercantilização (Gacel-Ávila; Villalón-De-La-Isla; Vázquez-Niño, 2024; Santos; Zanardini; Hotz, 2022).

Apesar dessas convergências, há diferenças institucionais relevantes que merecem ser destacadas. A UFAC menciona a internacionalização de forma transversal em seus planejamentos estratégicos e estatuto, mas sem uma política específica e sistematizada que articule princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos de forma integrada. O IFAC, por sua vez, dispõe de uma Política de Internacionalização formalizada, a Resolução CONSU/IFAC nº 50/2021, que estabelece um marco normativo abrangente e demonstra maior alinhamento entre as orientações institucionais declaradas e as parcerias efetivamente firmadas. Essa diferença é relevante do ponto de vista da governança: uma política de internacionalização formalizada tende a conferir maior continuidade, previsibilidade e coerência às iniciativas internacionais, reduzindo sua dependência de gestões específicas e aumentando sua capacidade de resistir a ciclos de restrição orçamentária.

Em ambos os casos, a ausência ou residualidade da racionalidade econômica representa a fragilidade estrutural mais significativa identificada neste estudo. Em um cenário de crescente pressão fiscal sobre as instituições federais de ensino, a não mobilização da internacionalização como estratégia de sustentabilidade financeira, por meio de captação de recursos externos, participação em editais internacionais ou desenvolvimento de programas autossustentáveis, coloca em risco a continuidade e a ampliação das iniciativas já estabelecidas. Superar essa fragilidade não implica subordinar a internacionalização a lógicas de mercado, mas reconhecer que mecanismos legítimos de captação de recursos podem ser articulados de forma complementar às racionalidades acadêmica e sociocultural predominantes, fortalecendo a autonomia financeira das instituições sem comprometer sua vocação pública e regional.

A análise das Justificativas Institucionais evidenciou um predomínio claro das motivações voltadas ao Desenvolvimento de Estudantes e Docentes e à Produção do Conhecimento. A justificativa relativa às Alianças Estratégicas também aparece de modo expressivo e revela o esforço das instituições em fortalecer articulações, especialmente em contextos transfronteiriços, de modo a potencializar ações de cooperação voltadas ao desenvolvimento regional da Amazônia Ocidental. A articulação dessas três justificativas indicam que as parcerias internacionais estabelecidas pelas IFES do Estado do Acre têm como eixo estruturante o fortalecimento de capacidades formativas, científicas e institucionais orientadas ao desenvolvimento regional. A justificativa relativa ao Perfil e Reputação Internacional também aparece, ainda que de modo menos expressivo, refletindo o interesse das IFES em ampliar sua projeção institucional e consolidar sua presença no cenário internacional, de forma e escala compatível com suas estruturas. E por último, seguindo a tendência da racionalidade econômica, a justificativa referente a Geração de Receita aparece de forma quase nula nos documentos de cooperação analisados.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo buscou compreender as razões que motivam a internacionalização das duas instituições públicas de ensino superior do Acre, a Universidade Federal do Acre (UFAC) e o Instituto Federal do Acre (IFAC), à luz das racionalidades e justificativas formuladas por Knight (2004; 2020) e De Wit (2001; 2010; 2019), com base em análise bibliográfica e documental de acordos de cooperação institucionais, planos institucionais e instrumentos normativos firmados ou publicados na última década.

Os resultados evidenciam que tanto a UFAC quanto o IFAC apresentam um padrão convergente de motivações institucionais, com predominância das racionalidades acadêmica e sociocultural, seguida da racionalidade política. Em ambas as instituições, a internacionalização se manifesta prioritariamente como instrumento de fortalecimento do ensino, da pesquisa e da formação de pessoas, bem como de promoção do intercâmbio cultural e da cooperação regional na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. Esse perfil aproxima-se do modelo de internacionalização solidária e horizontalmente articulada defendido pela CRES (2018), por Gacel-Ávila e Rodríguez-Rodríguez (2018) e pela perspectiva de Morosini (2019), na medida em que as parcerias estabelecidas pelas duas instituições

privilegiam a cooperação Sul-Sul e a produção de conhecimento vinculada às demandas e especificidades da Amazônia Ocidental, em detrimento de uma inserção competitiva nos circuitos acadêmicos hegemônicos. Apesar dessas convergências, há diferenças institucionais relevantes: enquanto a UFAC trata a internacionalização de forma transversal em seus planejamentos estratégicos e estatuto, sem uma política específica e sistematizada, o IFAC dispõe de uma política de internacionalização formalizada, a Resolução CONSU/IFAC nº 50/2021, que estabelece princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos articulados diretamente com as racionalidades propostas por Knight e De Wit. Do ponto de vista da governança institucional, essa diferença é relevante: uma política formalizada tende a conferir maior continuidade e coerência às iniciativas internacionais, reduzindo sua vulnerabilidade a ciclos de restrição orçamentária e a descontinuidades de gestão.

Um aspecto estruturalmente preocupante identificado pelos resultados é a baixa presença da racionalidade econômica e da justificativa de geração de receita nas duas instituições. No contexto atual, marcado por sucessivas restrições orçamentárias e redução de recursos federais para as instituições públicas, a pouca ênfase na dimensão econômica revela uma fragilidade estratégica, que coloca em risco a sustentabilidade e a ampliação das iniciativas internacionais já estabelecidas. Embora a internacionalização não deva ser guiada exclusivamente por imperativos de mercado, mecanismos legítimos de captação de recursos externos, como a participação em editais internacionais de fomento à pesquisa, o desenvolvimento de programas de cooperação autossustentáveis e a articulação com agências multilaterais de desenvolvimento, podem contribuir para sustentar e expandir ações acadêmicas.

Este estudo apresenta como contribuição original a análise das motivações para a internacionalização em um contexto pouco explorado na literatura, o de instituições públicas federais situadas em região periférica e de fronteira na Amazônia Ocidental, demonstrando que o perfil de internacionalização dessas instituições diverge significativamente dos padrões observados em universidades de regiões centrais e de países do Norte Global, tanto pela ausência de motivações econômicas quanto pela orientação predominantemente cooperativa e regional das parcerias estabelecidas. Ao articular as racionalidades de Knight e De Wit com o debate sobre cooperação Sul-Sul e internacionalização solidária, o artigo oferece um

enquadramento analítico que pode ser útil para a compreensão de outros casos semelhantes na Amazônia Legal e em regiões fronteiriças da América Latina.

A opção metodológica por análise exclusivamente documental, sem a incorporação de entrevistas ou questionários com os sujeitos diretamente envolvidos no processo, constitui ao mesmo tempo uma delimitação intencional e um limite do presente estudo. Ao trabalhar com fontes institucionais, a pesquisa revela como a internacionalização é formalmente concebida e legitimada, mas não capta as percepções, disputas e contradições presentes em sua implementação cotidiana. Persistem, portanto, lacunas relacionadas às dimensões subjetivas e operacionais do processo, especialmente no que se refere às motivações individuais de gestores e docentes, às barreiras verificadas na execução das parcerias e aos efeitos concretos dessas iniciativas sobre as trajetórias formativas dos estudantes.

Pesquisas futuras poderão ampliar a compreensão do fenômeno com base nas percepções dos sujeitos diretamente envolvidos no processo, tais como gestores, docentes, técnicos e estudantes. A utilização de entrevistas e questionários, poderá evidenciar expectativas, percepções, barreiras e potencialidades que não se manifestam na análise documental, possibilitando apreender dimensões subjetivas e operacionais da internacionalização não percebidas nos registros institucionais. Estudos comparativos com outras instituições da Amazônia Legal e de países vizinhos também podem contribuir para compreender em que medida o padrão identificado no Acre se reproduz ou se diferencia em outros contextos de fronteira, ampliando o debate sobre internacionalização, desenvolvimento regional e políticas públicas de educação superior.

REFERÊNCIAS

CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CRES). **Declaração da CRES 2018**. Córdoba: IESALC/UNESCO, 2018. Disponível em: <http://www.cres2018.unc.edu.ar/uploads/Declaracion2018-Port-CRES.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2026.

DE WIT, Hans. Evolving concepts, trends, and challenges in the internationalization of higher education in the world. **Voprosy obrazovaniya / Educational Studies Moscow**, [S. l.], n. 2, p. 8-34, 2019.

DE WIT, Hans. **Internationalisation of higher education in Europe: trends and issues**. NVAO, 2010.

DE WIT, Hans. **Internationalization of higher education in the United States of America and Europe: a historical, comparative and conceptual analysis.** Amsterdam: Universiteit van Amsterdam, 2001.

DE WIT, Hans; HUNTER, Fiona. The future of internationalization of higher education in Europe. **International Higher Education**, [S. l.], n. 83, p. 2-3, 2015.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne; RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, Scilia. **Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe: un balance.** Guadalajara: Universidad de Guadalajara; Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; UNESCO-IESALC, 2018.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne; VILLALÓN DE LA ISLA, Estela Maricela; VÁZQUEZ-NIÑO, María Guadalupe. La internacionalización de la educación superior en América Latina: Una visión comparada intrarregional. **Revista Educación Superior y Sociedad**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 310-334, 2024. DOI: 10.54674/ess.v36i1.912. Disponível em: <https://doi.org/10.54674/ess.v36i1.912>. Acesso em: 16 abr. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Plano estratégico 2017-2036.** Rio Branco, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Relatório de gestão 2024.** Rio Branco, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Resolução CONSU nº 50/2021.** Rio Branco, 2021.

KNIGHT, Jane. An international model: responding to new realities. *In*: DE WIT, H. *et al.* **Higher education in Latin America.** Washington: World Bank, 2005.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios.** 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. 218 p. E-book. ISBN 978-65-86578-51-5.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. **Journal of Studies in International Education**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

KNIGHT, Jane. **Internationalization: elements and checkpoints.** Ottawa: CBIE, 1997.

MAZZETTI, Antônio Carlos; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize; PEZARICO, Giovanna. Internacionalização da educação superior de/em casa: experiências descolonizadoras em rede. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 25, e2647, p. 1-26, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v25.2647>. Acesso em: 15 abr. 2026.

MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização da educação superior: desafios e perspectivas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

MOROSINI, Marília. **Guia para a internacionalização universitária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. 265 p. ISBN 978-85-397-1305-9.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Internacionalização da Educação Superior: redefinições, justificativas e estratégias. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 53, p. 11-34, jan./abr. 2020.

SANTOS, Fabiano Antonio dos; ZANARDINI, Isaura Monica; HOTZ, Celso. A internacionalização na avaliação da pós-graduação no Brasil: O Papel da Área da Educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 30, n. 36, p. 1-33, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC). **Planejamento estratégico 2014-2023**. Rio Branco, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC). **Planejamento estratégico 2024-2033**. Rio Branco, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC). **Relatório de gestão 2024**. Rio Branco, 2025.

Contribuição de autoria (CRediT)

Gabriel Lopes Dias: Conceitualização; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Metodologia; Visualização; Escrita (rascunho original); Administração do projeto.

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza: Conceitualização; Metodologia; Supervisão; Validação; Escrita (revisão e edição). A taxonomia está disponível em: <https://credit.niso.org>

Recebido: 06 maio 2026

Aprovado: 12 junho 2026

Publicado: 30 junho 2026

Como citar (ABNT): DIAS, Gabriel Lopes; MEZA, Maria Lucia Figueiredo Gomes de. Internacionalização do ensino superior no Acre: racionalidades e motivações institucionais na Ufac e no Ifac. **Revista Conexão na Amazônia**, Rio Branco, v. 6, n. 1, p. 111-133, 2026.

Editor responsável: José Marlo Araújo de Azevedo

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

